

Comentários à prova do ISS-Natal/RN – Parte I

Elias Cruz

Toque de Mestre

www.editoraferreira.com.br

No dia 17 de agosto de 2008, foi realizado o concurso para Auditor do Tesouro Municipal da Prefeitura Municipal de Natal-RN. Seguem abaixo alguns motivos, dentre outros, pelos quais compensaram tantos estudos, dedicação e abdição do lazer, pois em breve não os faltarão para os futuros servidores, além das atividades inerentes ao novo cargo... na "*cidade do sol*" ou, se preferir, a "*noiva do sol*":



Fotos: Elias Cruz

Vamos ao que interessa!

1. DIREITO CONSTITUCIONAL:

11- (ESAF/ISS-NATAL/2008) Assinale a opção que indica um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil expressamente previsto na Constituição Federal que confere amparo constitucional a importantes programas

do governo federal que se concretizam por meio da política nacional de assistência social integrando as esferas federal, estadual e municipal.

- a) Garantir a prevalência dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) Promover o desenvolvimento internacional.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Erradicar o terrorismo e o racismo.
- e) Promover a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Comentário: Este é um dos assuntos fundamentais do Direito Constitucional, presente literalmente na Constituição, III. Art 3º. Observe que os objetivos constantes do referido artigo começam por verbos (*construir, garantir, erradicar e promover*), diferindo-se dos fundamentos (SO-CI-DI-VA-PLU):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

12- (ESAF/ISS-NATAL/2008) Assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo por determinação judicial, ou, durante o dia, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- b) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, inclusive aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) A lei considerará crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Comentário: Esta questão trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, expressos no Art 5, da CF/88:

a) XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

b) LXXII - conceder-se-á habeas-data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

c) XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

*XLIV - constitui crime **inafiançável e imprescritível** a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;*

*d) XLIII - a lei considerará crimes **inafiançáveis e insuscetíveis** de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;*

e) Esta assertiva apresenta literalmente o que está no § 3º da CF, incluído pela EC 45/2004: Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

2.DIREITO TRIBUTÁRIO

31- (ESAF/ISS-NATAL/2008) Sobre o conceito de tributo e sua natureza jurídica, assinale a única opção correta.

a) A Lei Complementar n. 104/2001, ao permitir a dação em pagamento de bens imóveis, como forma de extinção do crédito tributário, promoveu a derrogação do art. 30 do CTN, que confere ao tributo uma prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.

b) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória instituída em lei. Todavia, não há restrição para que o Município majore alíquotas de tributos, sob sua competência, por meio de decreto.

- c) Tendo em vista que o tributo não pode constituir uma sanção por ato ilícito, não se faz possível a incidência de tributos sobre atividades criminosas, pois assim agindo o Estado estaria obtendo recursos de uma atividade por ele proibida.
- d) A cobrança de impostos decorre de uma atividade administrativa não-vinculada, haja vista os recursos poderem ser utilizados com quaisquer despesas previstas no orçamento.
- e) O que determina a natureza jurídica de um tributo é o fato gerador da respectiva obrigação, independentemente de sua denominação e da destinação legal do produto de sua arrecadação.

Comentário: Sobre o conceito de tributo, ele está expresso no Art. 3º, do CTN:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Sobre a destinação legal do produto e a sua arrecadação:

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

32- (ESAF/ISS-NATAL/2008) Sobre os impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal, assinale a única opção correta.

- a) O rol de impostos estaduais previstos na Constituição Federal é exemplificativo, visto que o Estado possui competência residual em matéria tributária.
- b) Compete ao Congresso Nacional estabelecer as alíquotas mínimas e máximas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, relativas
- c) Sobre as operações que destinem a outros Estados petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, haverá incidência do ICMS.
- d) O IPVA terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal e poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- e) A instituição do ITCMD compete ao Distrito Federal, quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

Comentário: Constituem competência privativa dos Estados e Distrito Federal:

Art. 155/CF. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

...

§ 6º O imposto previsto no inciso III (IPVA):

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

33- (ESAF/ISS-NATAL/2008) O Governador do Estado de Minas Gerais fez publicar, em 6 de novembro de 2007, em atenção às Constituições Estadual e Federal, medida provisória visando à majoração de imposto estadual. A norma entrou em vigor na data de sua publicação. O Poder Legislativo Estadual, porém, somente converteu a medida provisória em lei no dia 20 de fevereiro de 2008. Em face da situação hipotética e considerando os parâmetros de vigência e aplicação da legislação tributária, aponte em que data o aumento poderá ser efetivamente cobrado.

- a) 10 de janeiro de 2008.
- b) 4 de fevereiro de 2008.
- c) 20 de maio de 2008.
- d) 10 de janeiro de 2009.
- e) 31 de março de 2009.

Comentário: *Art. 150 da CF, Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

*I - exigir ou aumentar tributo sem **lei que o estabeleça** (Princípio da Anterioridade – Ver Art. 97º/CTN);*

III - cobrar tributos:...

*b) **no mesmo exercício financeiro** em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (Princípio da Anterioridade);*

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b);

Art. 97/CTN. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução

...

§ 1º Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

34- (ESAF/ISS-NATAL/2008) Sobre os sujeitos da obrigação tributária, assinale a única opção correta.

a) O sujeito ativo da obrigação tributária é, necessariamente, a pessoa jurídica de direito público titular da competência para instituir o tributo.

b) Pessoa jurídica de direito privado pode figurar como sujeito ativo da obrigação tributária, haja vista o CTN prever, expressamente, a possibilidade de delegação das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.

c) O contribuinte de fato ou de direito é considerado sujeito passivo da obrigação tributária, independentemente de possuir relação pessoal e direta com o fato gerador.

d) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, mesmo que haja lei em sentido contrário.

e) A sociedade comercial informalmente constituída pode figurar como sujeito passivo de uma obrigação tributária.

Comentário: *Quais são os sujeitos da Obrigação Tributária?*

- *A competência tributária é indelegável, pois não se delega a função de instituir o tributo!*

- *As funções de arrecadar, fiscalizar e executar, ou seja, a capacidade tributária ativa, a outra pessoa jurídica de Direito Público é delegável.*

- *Sujeito Ativo: Art. 119. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.*

- *Sujeito Passivo: Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.*

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

*I - tratando-se de situação **de fato**, desde o momento em que o se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;*

Art. 118. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.”

| GABARITO | | | |
|--|-------|-------|-------|
| 11) C | 12) E | | |
| 31) E | 32) D | 33) D | 34) E |
| E-MAIL: eliascsilva1@yahoo.com.br | | | |

Continua...

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- Constituição Federal
- Código Tributário Nacional
- Fotos por Elias Cruz (Praia de Ponta Negra, Barra de Maxaranguape, Praia de Muriú e Praia dos Artistas).